



INCENTIVOS FISCAIS SUFRAMA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

TAX INCENTIVES IN SUFRAMA: A BIBLIOMETRIC STUDY

Angela Miranda dos Santos

Graduada em Ciências Contábeis

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

e-mail: angelamiranda432@gmail.com

Dionatah Elcio Bandeira de Figueiredo

Graduado em Ciências Contábeis

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

e-mail: dionatah_elcio@hotmail.com

Francisco Carlos da Costa Filho

Doutor em Administração e Controladoria

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

e-mail: carlos.costa@ufrr.br

Luis Eduardo Brandão Paiva

Doutor em Administração e Controladoria

Universidade Nove de julho

e-mail: edubrandas@gmail.com

Paulo Afonso da Silva Oliveira

Graduado em Ciências Contábeis

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

e-mail: pasorr@gmail.com

Verçulina Firmino dos Santos

Doutora em Ciências Empresariais

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

e-mail: versulinafirmino@gmail.com

RESUMO: O objetivo da pesquisa foi analisar as características da produção científica sobre os incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA. Considerando a pesquisa em SciELO, Google Acadêmico e SPELL, foram analisados 35 artigos desde 2010. A análise abrange diferentes aspectos, como plataformas de publicação, classificação de revistas, temas abordados, volumes de publicação por ano, dados demográficos dos autores e distribuição geográfica. Os resultados revelam que revistas Qualis B3 e B4 têm mais publicações. O tema mais abordado é a análise jurídica dos incentivos fiscais, com mais publicações em 2014. A região norte do país concentra a maioria das publicações, evidenciando o foco nos aspectos legais e a concentração regional. Os resultados auxiliam na compreensão do cenário de pesquisa e destacam as regiões mais interessadas em incentivos fiscais.



Palavras-chave: Bibliometria; Zona Franca de Manaus; Área de Livre Comércio; Estado da Arte; Análise Bibliométrica.

ABSTRACT: The objective of the research was to analyze the characteristics of scientific production on the tax incentives administered by SUFRAMA. Considering the research in SciELO, Google Scholar, and SPELL, 35 articles published since 2010 were analyzed. The analysis encompasses different aspects such as publication platforms, journal rankings, topics covered, publication volumes per year, authors' demographic data, and geographical distribution. The results reveal that B3 and B4 Qualis journals have more publications. The most addressed topic is the legal analysis of tax incentives, with a higher number of publications in 2014. The northern region of the country concentrates the majority of publications, highlighting the focus on legal aspects and regional concentration. The results contribute to the understanding of the research landscape and highlight the regions with the highest interest in tax incentives.

Keywords: Bibliometrics. Manaus Free Zone. Free Trade Area. State of art. Bibliometric Analysis.

1 INTRODUÇÃO

O poder público está vinculado à princípios normativos na elaboração de suas políticas, permitindo a criação de programas, fins e tarefas (Sarlet; Marinoni; Mitidero, 2018). Esses princípios estão consagrados na Constituição Federal de 1988, sendo exemplos de objetivos fundamentais a erradicação da pobreza, a garantia do desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais e regionais (Araújo; Santiago, 2019).

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 autoriza a criação de superintendências e a concessão de incentivos como estratégia para promover o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais (Brasil, 1988). Uma dessas superintendências é a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Brasil, 1967). A SUFRAMA tem como missão, de acordo com a SUFRAMA (2010, p. 10), "promover o desenvolvimento econômico regional, mediante geração, atração e consolidação de investimentos, apoiado em educação, ciência, tecnologia e inovação".

Ademais, a SUFRAMA é responsável pela gestão e execução dos incentivos fiscais. Inicialmente criada para gerir essas temáticas na Zona Franca de Manaus (ZFM), a abrangência da SUFRAMA se estendeu para toda a Amazônia Ocidental, passando a administrar não apenas a ZFM, mas também a Amazônia Ocidental (AMOC) e as Áreas de Livre Comércio (ALCs) (Salazar, 2006). Dentre os incentivos fiscais geridos pela SUFRAMA, destacam-se as reduções e isenções do Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação De Serviços (ICMS) (SUFRAMA, 2017).

A Zona Franca de Manaus é frequentemente citada como um exemplo do impacto que as áreas incentivadas e a administração da SUFRAMA possuem na economia nacional, sendo considerada um Polo de Desenvolvimento Econômico, o que levou à



prorrogação de sua existência até o ano de 2073. Silva e Silva (2023), por meio dessas políticas de desenvolvimento e expansão que a região evoluiu de uma área pouco povoada e com baixo desenvolvimento humano para um estado com mais de 4 milhões de habitantes.

É conhecido que a legislação tributária brasileira é considerada complexa pelos contribuintes devido às diversas normas tributárias e suas constantes alterações (Dias Neto, 2008), e para usufruir dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus é necessário atender às legislações vigentes nesse contexto, conforme estabelecido pela Portaria SUFRAMA Nº 834/2019 (Brasil, 2019). Essa complexidade tributária também se manifesta na prática profissional contábil, como evidenciado por um estudo de caso na região da Baixa Mogiana, em São Paulo, que buscou analisar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais na realização do planejamento tributário com operações envolvendo a Zona Franca de Manaus (Souza; Prado, 2021).

Diante dessa realidade, uma forma de lidar com essa dificuldade é por meio da atualização nessa área de conhecimento por meio de trabalhos científicos publicados, os quais podem ser facilitados pela disponibilidade de um conjunto de artigos direcionados aos profissionais interessados (Almeida; Machado; Machado; Zanolla, 2017). Assim, uma abordagem eficaz para realizar o levantamento detalhado da produção científica sobre um tema é utilizar a técnica bibliométrica, que busca avaliar quantitativamente um determinado assunto (Rodrigues et al., 2023).

Conforme destacado por Cunto, Mota e Nogueira (2018), as análises bibliométricas têm sido cada vez mais exploradas e são caracterizadas como ferramentas capazes de auxiliar na compreensão dos aspectos quantitativos, na disseminação dos resultados. Nesse contexto, a área contábil também tem se destacado nas pesquisas bibliométricas (Lima; Diniz; Silva, 2012).

No contexto da contabilidade tributária, que abrange a temática dos incentivos fiscais, estudos bibliométricos conduzidos pelos autores Almeida, Machado, Machado e Zanolla (2017) identificaram uma escassez de artigos publicados nos parâmetros analisados, sendo que os temas mais abordados foram os custos e os impactos tributários. Além disso, um estudo mais específico sobre incentivos fiscais, realizado por Almeida e Santos (2019) através da plataforma Scopus, investigou as características das publicações internacionais entre 2005 e 2019, e concluiu que a participação do Brasil foi baixa, apesar da publicação de uma lei de incentivo fiscal no país nesse período.

Diante do exposto, considerando o impacto dos incentivos fiscais promovidos pela SUFRAMA no desenvolvimento regional e a necessidade de conhecimento em legislação tributária e incentivos fiscais para a correta aplicação desses benefícios (Campos; Erminio, 2018), realizou-se uma análise bibliométrica dos artigos publicados nas plataformas SciELO, Google Acadêmico e SPELL, com o objetivo de responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais as características da produção científica sobre os incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA no âmbito nacional entre o período de 2010 a julho de 2022?

Sendo assim, tem-se como objetivo geral analisar as características da produção científica sobre os incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA no âmbito nacional entre o período de 2010 a julho de 2022 sob a perspectiva bibliométrica. Para tal são



coletados os artigos publicados e disponibilizados nos indexadores SciELO, Google Acadêmico e SPELL entre o período de 2010 a julho 2022.

Esta pesquisa tem como justificativa fornecer uma compilação dos estudos existentes sobre os incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA, com o objetivo de atualizar e disponibilizar esse conhecimento para profissionais e estudantes de contabilidade e áreas afins, dada a sua relevância prática nas transações comerciais e no desenvolvimento regional (Campos; Erminio, 2018), e estimular a realização de novas pesquisas nessa temática.

Este estudo foi embasado na pesquisa científica realizada pelos autores Ramos, Niveiros e Carneiro Junior (2019), que analisaram os artigos publicados em revistas científicas indexadas na Base Atena, sobre Planejamento Tributário no período de 2012 a 2016. Para alcançar o objetivo geral, utilizou-se uma abordagem quantitativa, com análise bibliométrica de caráter descritivo (Ferreira, 2011; Martins; Theóphilo, 2009; Silva, 2010).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O Marco Inicial dos Incentivos Fiscais: Zona Franca de Manaus

No Brasil, a utilização de incentivos fiscais para estimular o desenvolvimento socioeconômico teve início a partir do ano de 1950, devido à industrialização tardia do país (NASCIMENTO, 2013). Um dos exemplos mais significativos de implementação desses incentivos nessa época foi o estabelecimento da Zona Franca de Manaus (ZFM) (Silva et al., 2021).

A história da ZFM teve início em 6 de junho de 1957, quando o presidente Juscelino Kubitschek aprovou a Lei nº 3.173/1957, que estabeleceu o Porto Livre (Silva et al., 2021). Essa lei estabelecia que as mercadorias estrangeiras, quando descarregadas diretamente nas localidades da ZFM, estariam isentas do pagamento de direitos alfandegários e outros impostos federais, estaduais ou municipais, e poderiam ser beneficiadas ou armazenadas na própria zona (Brasil, 1957).

Dez anos depois, o conceito da ZFM foi consolidado pelo Decreto nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que a definiu como "uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos especiais" (Brasil, 1967), com o objetivo de estimular os setores comerciais, industriais e agropecuários que tivessem condições econômicas para promover o desenvolvimento da Amazônia (Nascimento, 2013; Chaar; Castro; Dias, 2022).

Inicialmente, a ZFM estava restrita apenas à cidade de Manaus, mas seus benefícios fiscais foram estendidos para a Amazônia Ocidental por meio do Decreto-Lei nº 356/1968, beneficiando outros estados da região norte, além da ZFM (BRASIL, 1968). Segundo Silva et al. (2021), a história da ZFM pode ser dividida em quatro fases.

A primeira fase ocorreu no período de 1967 a 1975, quando foram concedidos incentivos para importações voltados para o comércio. A segunda fase, que ocorreu entre 1975 e 1990, foi marcada pela implementação de medidas que promoveram a indústria nacional, com limitação das importações anuais. A terceira fase teve início em 1991 e se encerrou por volta de 1996, com a abertura da economia brasileira para o mercado



internacional e a exclusão dos limites de importações impostos na segunda fase. Na última fase, que abrangeu os anos de 1996 a 2002, foi introduzida uma política nacional para estimular as indústrias brasileiras a participarem do mercado globalizado, exportando mercadorias para os mercados internacionais, principalmente aquelas instaladas na ZFM (Silva et al., 2021).

Atualmente, os incentivos da ZFM estão vigentes até 2073, pois, em 2014, foram prorrogados por mais 50 anos por meio da Emenda Constitucional 83/2014 (Brasil, 2014).

2.2 Incentivos Fiscais

A admissão de incentivos fiscais é uma medida que busca promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diversas regiões do país, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Esses incentivos são instrumentos utilizados pelo Estado, concedidos a determinadas regiões ou atividades, com o objetivo de estimular a produção e gerar retornos positivos para a sociedade, como a geração de empregos (Cunha, Soares, 2020). Um exemplo de atividade incentivada é a cultura, regulamentada pelo Decreto nº 10.755/2020.

Os incentivos fiscais são conceituados por Marostica e Petri (2017) como uma espécie do gênero "incentivo", que alteram a norma principal de incidência de uma obrigação tributária, como a diminuição de uma parte da carga tributária. O parágrafo 6º do art. 150 da Constituição Federal de 1988 menciona esses incentivos como subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, autorizados apenas por meio de lei específica (Brasil, 1988).

A isenção é considerada uma das modalidades de exclusão do crédito tributário, pois mesmo ocorrendo o fato gerador e autorizada a cobrança, a legislação libera o sujeito passivo do ônus, conforme destacado por Silva (2013). A isenção é conceituada por Cunha (2018) como uma desoneração fiscal que busca atender a interesses públicos, como a promoção da igualdade entre os contribuintes ao renunciar a uma parcela dos recursos que o Estado obteria, visando, por exemplo, ações sociais.

Por sua vez, a redução da base de cálculo é definida por Gorges (2011) como a diminuição da carga tributária efetiva e está sujeita às normas aplicadas à isenção, em relação à sua concessão e revogação. Um exemplo claro desse conceito é aplicado no convênio de ICMS 52/1991, que concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas, estabelecendo que a carga tributária do ICMS equivalente a 5,14% e 4,10%, enquanto normalmente seria de 7% (Brasil, 1991).

A renúncia fiscal, compreendendo a concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, é conceituada nos termos do § 2º, alínea II, artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000 como "redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado" (Brasil, 2000). O § 10, artigo 87 da Lei nº 12.973/2014 exemplifica o crédito presumido, concedendo a dedução de 9% sobre a parcela positiva apurada no Lucro Real de empresas que possuem controladas no exterior.

Os benefícios tributários podem ter o papel de promover o financiamento em áreas específicas e não apenas arrecadação de verbas, como explicam Silva e Bevilacqua (2020). Um exemplo dessa função é demonstrado no artigo de Piontkewicz, Freitas e Biz



(2017) que constata que a Lei nº 11.196/2005, conhecida como a Lei do Bem, é o principal instrumento legal capaz de beneficiar fiscalmente as empresas e promover inovação tecnológica.

Os incentivos fiscais desempenham um papel social relevante, como evidenciado na Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) de 2006, que permite a redução de 1% do Imposto de Renda devido para pessoas jurídicas e 6% de redução para pessoas físicas que destinam recursos para patrocínios ou realizam doações para apoiar projetos desportivos e paradesportivos com aprovação do Ministério do Esporte (Brasil, 2006).

A redução ou isenção de tributos também é utilizada para fins gerenciais, considerando que o Brasil possui uma carga tributária elevada, como apontado no relatório do *World Economic Forum* de 2016, que classificou o Brasil na sétima posição entre os 25 países com as maiores cargas tributárias (WEF, 2016). Dessa forma, é possível observar que os impostos exercem uma influência significativa nas decisões das empresas, que veem os incentivos fiscais como uma alternativa para obter vantagens (Rezende; Dalmácia; Rathke, 2018).

Além disso o estudos recentes destacam a importância desses incentivos para as empresas (Rezende; Dalmácia; Rathke, 2018; Silva; Silva, 2023). Em seu artigo, os autores concluíram que as subvenções governamentais utilizadas pelas empresas listadas na IBRX-100 estão positivamente relacionadas com indicadores de margem bruta e valor adicionado, bem como com o grau de distribuição dos resultados, e negativamente relacionadas com o nível de endividamento de longo prazo.

2.3 Bibliometria

A utilização da bibliometria nas pesquisas é considerada um recurso fundamental para avaliar a produção científica, sendo seu objetivo alcançado por meio de uma técnica que possibilita mensurar a influência de pesquisadores ou periódicos, traçar seu perfil e tendências, e evidenciar áreas temáticas (Paiva et al., 2023; Oliveira et al., 2013). Café e Bräscher (2008) definem a bibliometria como o estudo quantitativo das produções científicas e disseminação do conhecimento, utilizando procedimentos estatísticos e matemáticos para elaboração de indicadores de avaliação da produção científica.

De acordo com Guedes e Borschiver (2012) a bibliometria é um conjunto de leis e princípios empíricos que estabelecem os fundamentos teóricos da Ciência da Informação. As principais leis bibliométricas são a Lei de Lotka, a Lei de Bradford e a Lei de Zipf (Guedes; Borschiver, 2012).

A Lei de Lotka surgiu do estudo sobre a produtividade científica com base na quantificação de contribuições constantes no Chemical Abstracts, no período de 1909 a 1916. Lotka constatou que uma pequena parcela de autores foi responsável por grande parte das literaturas (Araújo, 2006). Isso levou Lotka a desenvolver a lei do quadrado inverso, concluindo que a quantidade de autores que produzem mais trabalhos em determinado campo é uma fração daqueles que geram apenas uma contribuição (Rodrigues; Viera, 2016).

A Lei de Bradford, desenvolvida em 1934 por Hill Bradford, está voltada para compreender o nível de relevância dos periódicos relacionados aos temas publicados. Essa lei é expressa ao colocar os periódicos em ordem decrescente por grau de produção



de artigos sobre determinado assunto, possibilitando diferenciar o agrupamento de periódicos mais especificamente voltados ao assunto e outros conjuntos que possuem a mesma quantidade de artigos do centro, quando o número de periódicos presentes no centro e nos conjuntos sucessivos seja na ordem $1:n:n_1:n_3\dots$, onde n é o número de periódicos (Araújo, 2006).

A Lei de Zipf, também conhecida como Lei do Mínimo Esforço, elaborada por Zipf em 1949, relaciona e descreve as palavras de uma determinada estrutura textual consideravelmente extensa e a ordem numérica das palavras relacionadas, ou seja, a sua contagem em grandes amostragens (Araújo, 2006). Zipf percebeu que ao confeccionar uma lista sequencial em ordem decrescente de ocorrência, a posição de cada palavra nessa listagem é denominada de ordem de série, recebendo enumerações crescentes como rank 1, rank 2 e assim por diante (Silva; Nascimento; Pinho, 2012).

A seguir, no Quadro 1, apresenta-se de forma sintética as principais leis bibliométricas abordadas anteriormente:

Quadro 1. Principais leis bibliométricas

Lei	Ano	Objeto	Descrição
Lei de Lotka	1926	Produtividade dos autores	Conclui que a maior parte das produções científicas é realizada por uma pequena quantidade de autores, ao passo que a maioria dos autores é responsável pela menor parte das produções científicas.
Lei de Bradford	1934	Produtividade dos periódicos	Identifica os periódicos que mais publicam sobre determinada área, dividindo os periódicos em três partes.
Lei de Zipf	1949	Frequência das palavras	Correlaciona o número de palavras de um texto com a frequência destas mesmas palavras.

Fonte: Adaptado de Mineiro e Mazzer (2020).

Essas leis bibliométricas são fundamentais para a compreensão quantitativa da produção científica, possibilitando a mensuração da influência de autores, periódicos e áreas temáticas, e fornecendo indicadores para a avaliação da produção científica. O uso dessas leis, aliado a técnicas estatísticas e matemáticas, torna a bibliometria uma ferramenta essencial no campo da Ciência da Informação e na análise da produção científica em diversas áreas do conhecimento (Costa Filho et al., 2021).

2.4 Pesquisas anteriores

Após análises de temas de estudos científicos, evidencia-se que a área tributária possui diversas ramificações e direções de pesquisa (Gomes; Machado; Souza, 2022), os quais vêm apresentando uma abordagem crescente nos últimos anos em virtude de fatores políticos, econômicos e tecnológicos, que impulsionam o interesse público na tomada de decisões corporativas relacionadas à tributação (Guenther; Matsunaga; Wiliams, 2017).

Estudos bibliométricos compilam quantitativamente os aspectos das pesquisas sobre determinado assunto (Ferreira, 2019) e, como explicado por Ball (2019), utilizam métodos estatísticos para realizar o levantamento dos aspectos quantitativos, extensivos, de frequência, relevância e conexões. No âmbito tributário brasileiro, em relação à quantidade de publicações, o estudo de Lunkes et al. (2014) averiguou 2.592 artigos das



revistas relacionadas à área contábil no período de 1996 a 2013, revelando que apenas 1,5% dos artigos abordavam temas relacionados a essa área tributária.

Gomes, Machado e Souza (2022), em seu estudo bibliométrico sobre pesquisas tributárias, identificaram que dos 152 artigos analisados, aproximadamente 76% foram publicados em revistas na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo e Economia. Destacaram ainda um autor responsável por 15% das publicações sobre o tema. Concluíram, portanto, que poucos autores publicam muitos artigos, enquanto muitos pesquisadores divulgam poucos trabalhos, ressaltando a importância dos autores mais prolíficos nessa área temática.

No que se refere aos assuntos mais explorados na área tributária, Almeida et al. (2017) identificaram que os temas relacionados ao planejamento tributário, contabilidade tributária e resultado das empresas foram os mais abordados, com base na análise de 77 artigos em contabilidade tributária publicados de 2009 a 2014. Além disso, destaca-se que as publicações sobre esse tema são escassas, uma vez que dos 136 periódicos analisados, apenas 35 periódicos continham artigos sobre esse assunto.

No contexto dos incentivos fiscais, Almeida e Santos (2019) evidenciam que poucos autores brasileiros têm publicado trabalhos científicos internacionalmente, ocupando o sétimo lugar em uma amostra de 683 artigos e revisões submetidos na plataforma Scopus, no período de 2005 a 2019. Esses resultados reforçam a existência de uma lacuna significativa na pesquisa sobre esse tema, indicando a necessidade de maior investigação nessa área.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta uma tipologia descritiva quanto ao objetivo visto que busca descrever um fenômeno a partir da identificação e relações entre as variáveis levantadas. Com abordagem quantitativa, que consiste em analisar os dados coletados por meio do uso de ferramentas matemáticas para interpretar, quantificar e mensurar os resultados obtidos. Para isso, os dados são organizados, tabulados e submetidos a processos estatísticos, conforme indicado por Martins e Theóphilo (2009) e Silva (2010).

Com o objetivo de alcançar a proposta geral da pesquisa, os dados coletados foram analisados por meio da técnica bibliométrica, que envolve a análise de publicações disponíveis em livros, relatórios e artigos científicos, como mencionado por Ferreira (2011). Essa técnica utiliza métodos quantitativos para mensurar e classificar a produção acadêmica sobre um determinado tema, possibilitando a identificação e evidenciação de informações relevantes para o estudo, de acordo com Ramos-Rodríguez e Ruíz-Navarro (2004). Estudos bibliométricos contribuem para a compreensão de tendências na evolução do conhecimento, identificação de temas ultrapassados, periódicos com maior número de publicações, bem como autores e instituições mais produtivas, conforme destacado por Lima et al. (2021).

A coleta de dados para esta pesquisa foi realizada a partir de periódicos indexados em plataformas renomadas, como SPELL, SciELO e Google Acadêmico, que abrangiam o tema de incentivos fiscais administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), no período de 2010 a julho de 2022. O critério de busca foi baseado na publicação do Plano Estratégico de 2003 da SUFRAMA, revisado em 2010



para atualizar a orientação dessa autarquia de acordo com os eventos econômicos e tecnológicos em curso. Não houve restrição dos parâmetros de coleta com base na classificação Qualis/Capes. Contudo, utilizou-se a classificação do quadriénio 2013-2016 disponível no momento da coleta dos dados.

A busca por artigos científicos nos indexadores foi conduzida utilizando os seguintes termos: "incentivos fiscais", "benefícios fiscais", "incentivo tributário", "SUFRAMA", "Zona Franca de Manaus" e "Áreas de Livre Comércio", nos títulos, resumos ou palavras-chave dos artigos científicos. Esse procedimento permitiu identificar um total de 85 artigos científicos publicados em 71 periódicos.

Para organizar os resultados obtidos, utilizou-se um modelo adaptado de Almeida et al. (2017), que relaciona as principais características dos periódicos, artigos e autores. As características dos periódicos incluíram o nome, a quantidade de artigos relacionados às palavras-chave e a classificação Qualis/CAPES. As características dos artigos abrangeram o título, o ano de publicação e o assunto tratado. Já as características dos autores englobaram o nome, o sexo, o grau acadêmico, a quantidade de publicações, o número de autores por artigo, a instituição de afiliação e o estado, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2. Características bibliométricas

Variáveis		Metodologia de Análise	Nomenclatura Assumida
Tipo	Especificação		
Periódico	Nome	Informado no sítio	Organização e separação
	ISSN	Informado no sítio da Capes	Identificação numérica
	Qualis/Capes	Informado no sítio da Capes	Classificação dos artigos
	Quantidade de Publicações	Contagem Manual	Quantidade numérica
	Área de Avaliação	Informado no sítio da Capes	Variável
	Indexador	Informado no Conforme busca	Spell, Scielo e google acadêmico
Artigo	Título	Informado no sítio	Classificação dos artigos por área
	Ano	Informado no sítio	Ano
	Assunto	Informado no título e/ou corpo do artigo	Delimitação da principal temática do artigo
	Palavras-chave	Informado no artigo	Variável
Autores	Nome	Informado no artigo	Variável
	Sexo	Analizado conforme nome e em caso de dúvida, busca-se a variável em sites curriculares como Currículo Lattes, Escavador, ORCID ou pesquisa no Google.	Masculino, Feminino
	Grau Acadêmico	No momento da publicação do artigo	Bacharel, Mestre, Doutor e Pós-Doutor
	Quantidade de Publicação	Contagem de autores principais	Quantidade numérica
	Quantidade de Autores	Contagem Manual	Quantidade numérica
	Instituição de Afiliação	Declarado pelo autor e em caso de dúvida, busca-se no Currículo Lattes ou pesquisa no Google.	Instituição na qual os autores têm vínculo



	Estado	Conforme instituição de afiliação	Localização da instituição
--	--------	-----------------------------------	----------------------------

Fonte: Adaptado de Almeida et al. (2017).

Os dados coletados foram organizados em uma planilha no software Microsoft Excel®. Para obter informações sobre as variáveis relacionadas aos periódicos, foi realizada a leitura do título dos artigos para preencher os campos correspondentes na planilha, e em seguida foi feita uma busca no site Qualis Periódicos - Plataforma Sucupira para obter informações adicionais, como ISSN, classificação Qualis e área de avaliação.

As informações relativas aos artigos, seguindo o exemplo de Mineiro e Mazzer (2020), foram obtidas a partir da leitura dos títulos e corpo dos artigos científicos, assim como do ano de publicação registrado no indexador. As informações dos autores, incluindo nome, sexo, grau acadêmico (no ano de publicação) e instituição de afiliação, foram obtidas nos próprios artigos. Em caso de dúvidas ou ausência de informações, foram buscadas em plataformas Lattes, Escavador, ORCID ou em busca genérica no Google. A localização do estado foi informada de acordo com a instituição de afiliação do autor.

Para a análise dos resultados, foram utilizadas fórmulas e filtros disponíveis no Microsoft Excel® para classificação, verificação de frequências de dados e criação de gráficos e tabelas, visando uma abordagem quantitativa e estatística dos dados coletados. Para a geração das nuvens de palavras-chaves, utilizou-se a ferramenta disponível na plataforma online Wordart.com®.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Característica das Publicações

Dos 71 periódicos pesquisados, foram identificados 85 artigos científicos relacionados a incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA. No entanto, apenas 35 desses periódicos publicaram artigos com essa temática, totalizando 40 publicações. A tabela 1 apresenta a classificação dessas publicações de acordo com o Qualis e a respectiva frequência.

Tabela 1. Frequência Qualis

Qualis	Quantidade de periódicos	Quantidade de Artigos	%
A2	2	2	5,00%
B1	6	6	15,00%
B2	3	3	7,50%
B3	7	7	17,50%
B4	8	11	27,50%
B5	2	4	10,00%
C	3	3	7,50%
Sem Extrato	4	3	10,00%
Total	35	40	100%

Fonte: Dados da pesquisa.



A análise da Tabela 1 revela que os artigos relacionados aos incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA apresentam uma frequência significativa nas classificações B3 e B4, tanto em termos de número de periódicos como em quantidade de artigos publicados, com 7 e 11 artigos cada, representando 45% da amostra. É importante ressaltar que o número de trabalhos publicados em revistas com classificações superiores é reduzido. Destaca-se que a classificação Qualis utilizada corresponde ao quadriênio 2013-2016, conforme disponibilizada no momento da coleta dos dados.

Na Tabela 2, são listados os nomes dos periódicos que mais publicaram sobre o tema, seguindo a abordagem da Lei de Bradford, que analisa a produtividade dos periódicos e as áreas de dispersão (Santos, 2015), com maior detalhamento.

Tabela 2. Quantidade por periódico

Nome do periódico	Qualis	ISSN	Quantidade de Artigos
Observatorio de la Economía Latinoamericana	B4	1696-8352	4
Cadernos de Finanças Públicas	B5	1806-8944	3
Outros			33
Total			40

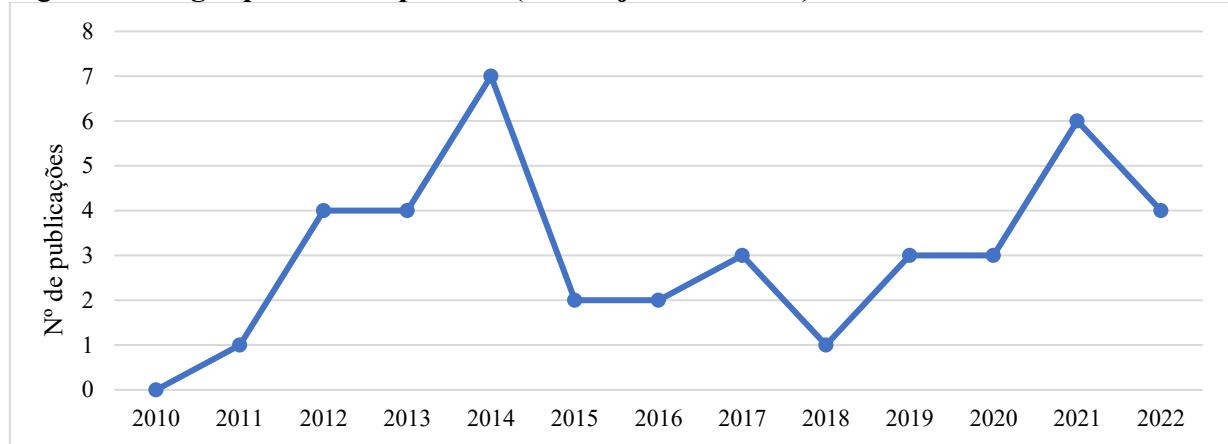
Fonte: Dados da pesquisa.

Foi constatado que a Revista *Observatorio de la Economía Latinoamericana* e Cadernos de Finanças Públicas foram os periódicos que mais publicaram sobre o assunto em análise, com 4 e 3 artigos, respectivamente. Os demais periódicos investigados apresentaram apenas uma publicação cada. É relevante destacar que a busca por revistas especializadas no tema facilita a gestão do conhecimento (Vasconcelos, 2014). Assim, a análise dos resultados revelou que a temática em questão é mais frequentemente abordada em periódicos de menor reconhecimento científico.

4.2 Característica dos artigos

Foi elaborada a Figura 1 com o objetivo de realizar uma análise temporal das publicações relacionadas ao tema pesquisado, abrangendo o período de 2010 a julho de 2022.

Figura 1. Artigos publicados por ano (2010 a julho de 2022)



Fonte: Dados da pesquisa.

Identificou-se que o ano de 2014 destacou-se com o maior número de publicações relacionadas ao tema em questão, totalizando 7 publicações. Observa-se também que o interesse pelo assunto evoluiu ao longo do período de 2010 a 2022, com um aumento gradual de 0 publicações em 2010 para 4 publicações em 2022. No entanto, constata-se que as publicações anuais apresentaram oscilações, com quedas significativas nos anos de 2015 e 2018.

Além disso, para uma melhor compreensão dos principais temas pesquisados em relação aos incentivos administrados pela SUFRAMA, adaptando-se de Fabre e Bonfante (2018), foi realizada uma quantificação na Tabela 4. Os temas mais desenvolvidos incluíram: a importância dos incentivos da SUFRAMA para regiões e/ou empresas; o avanço regional e econômico observado pela implementação desses incentivos; a análise jurídica dos incentivos; e as dificuldades operacionais na sua implementação, que nem sempre estão expressas nas palavras-chave (Fabre; Bonfante, 2018).

Tabela 3. Temas mais publicados acerca de incentivos SUFRAMA

Assunto	Quantidade de artigos	%
Importância dos incentivos SUFRAMA	15	37,50%
Avanço regional e econômico	6	15,00%
Análise jurídica	16	40,00%
Dificuldade operacional	3	7,50%
Total	40	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar a Tabela 3, constatou-se que o tema mais investigado em relação aos incentivos administrados pela SUFRAMA foi a análise jurídica, com um total de 16 publicações, seguido pelo tema da importância dos incentivos SUFRAMA, com 15 pesquisas publicadas. Esses resultados indicam a relevância desses temas no contexto das publicações analisadas.

No entanto, é importante ressaltar que a relação entre os temas e os anos de publicação requer uma investigação mais aprofundada, uma vez que diversas



justificativas podem contribuir para esse aspecto. Como apontado por Aquino et al. (2018), é necessário um estudo mais detalhado para compreender as possíveis influências temporais nas pesquisas relacionadas aos incentivos administrados pela SUFRAMA.

Na presente pesquisa foi realizada ainda a análise das palavras mais utilizadas nos 40 artigos da amostra, com base na Lei de Zipf, buscando apresentar a frequência em que as palavras aparecem no título, resumo e palavras-chave. As Palavras-chave consistem num resumo do principal tema de um texto, que no caso dessa pesquisa, o objetivo é a identificar as principais temáticas relacionadas aos Incentivos Fiscais da SUFRAMA. Desse modo, realiza-se um alinhamento das palavras-chave utilizadas, no qual são encontrados 154 termos. Esses dados são apresentados na Figura 2, por meio de uma nuvem de palavras, que contém ao centro e em tamanho maior os termos com maior frequência.

Figura 2. Nuvem de Palavras



Fonte: Dados da pesquisa.

De um total de 7.030 palavras, observa-se como principais termos da nuvem as palavras “Manaus”, com 127 aparições, seguida por “Zona”, citada 118 vezes, e “Franca”, encontrada 111 vezes. Esse resultado era esperado, uma vez que a SUFRAMA é a autarquia responsável pela administração da Zona Franca de Manaus. Ao analisar as palavras-chave mais destacadas, verifica-se que os termos de maior frequência estão diretamente relacionados à temática desta pesquisa, conduzindo a maior parte das discussões. Esses termos estão principalmente associados à importância dos incentivos para o desenvolvimento regional, social e econômico da Amazônia, além de aspectos relacionados aos benefícios tributários de ICMS, PIS e COFINS oferecidos aos setores comercial, agropecuário e industrial.

Esse achado complementa os resultados de Almeida e Santos (2019), que, ao analisarem uma base de artigos internacionais, identificaram maior prevalência de palavras relacionadas à taxação e inovação. No contexto nacional, entretanto, as pesquisas têm se concentrado mais no desenvolvimento social e regional.

4.3 Características dos autores

Foram coletadas informações sobre as características dos autores, incluindo sexo, número de autores por artigo, frequência de publicações, grau acadêmico, instituição de afiliação e estado. Essas variáveis foram adaptadas e acrescentadas ao estudo de Santos (2015) e Almeida et al. (2017). Os resultados obtidos, que mostram a quantidade de autores por sexo e os anos em que tiveram publicações, são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Sexo dos autores

Sexo	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total	%
Feminino	0	0	3	3	5	3	3	3	0	5	3	5	3	36	40%
Masculino	0	1	5	5	11	2	3	7	2	4	2	4	9	55	60%
Total	0	1	8	8	16	5	6	10	2	9	5	9	12	91	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 5, observou-se uma predominância do sexo masculino na autoria dos artigos analisados, representando 60% em comparação com 40% do sexo feminino. Os anos com maior frequência de publicações por autores masculinos foram 2014 e 2022.

Essa tendência de predominância masculina nas publicações sobre a área tributária, mesmo em estudos gerais e não especificamente relacionados a incentivos tributários, também foi identificada por Almeida et al. (2017). Quanto ao número de autores por artigo, os dados apresentados na Tabela 5 têm o objetivo de destacar os artigos científicos que foram produzidos em coautoria.

Tabela 5. Quantidade de autores por artigo científico

Quantidade de autores por artigo	Quantidade de artigos	%
Um autor	11	27,50%
Dois autores	17	42,50%
Três autores	6	15,00%
Quatro autores	2	5,00%
Cinco autores	4	10,00%
Total	40	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, em relação à estratégia de publicação, uma tendência de busca por coautoria, com dois ou mais autores, representando 72,50% da amostra. Essa preferência pode ser justificada pela necessidade de promover maior troca de conhecimentos ou para cumprir requisitos de produtividade científica estabelecidos por agências de avaliação, como a CAPES ou programas de pós-graduação stricto sensu (Araújo; Silva, 2010; Mineiro; Mazzer, 2020). Quanto à frequência de publicações por autor, os dados são apresentados na Tabela 6, permitindo verificar a aplicação da Lei de Lotka nessas variáveis em conjunto com os dados da Tabela 5.



Tabela 6. Quantidade de publicações por autor

Autores	Quantidade de publicações	%
Evandro Brandão Barbosa	4	4,40%
Ives Gandra da Silva Martins	2	2,20%
Jofre Luís da Costa Oliveira	2	2,20%
Oksandro Osdival Gonçalves	2	2,20%
Outros autores	81	89,01%
Total	91	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da análise da Tabela 6, foi observado que apenas alguns autores, como Evandro Brandão Barbosa, Ives Gandra da Silva Martins, Jofre Luís da Costa Oliveira e Oksandro Osdival Gonçalves, publicaram mais de um artigo, com 4 e 2 publicações, respectivamente. Por outro lado, a maioria dos autores, equivalente a 89,01% do total, publicou apenas uma vez sobre o assunto. Esses dados estão em consonância com a Lei de Lotka, que analisa a produtividade dos autores (Guedes; Borschiver, 2012).

Além disso, os resultados da Tabela 6 também sugerem uma baixa quantidade de publicações por autor, o que pode ser explicado por Oliveira et al. (2013), que conclui que a falta de motivação dos autores e o desconhecimento por parte dos empresários sobre o tema de incentivos fiscais são as principais razões para a limitada utilização desses benefícios e, consequentemente, os baixos índices de pesquisas nessa área.

Na Tabela 7, os dados referentes ao grau acadêmico dos autores foram consolidados com o objetivo de verificar a tendência do nível de conhecimento nas publicações sobre incentivos fiscais da SUFRAMA, bem como identificar em qual formação acadêmica os autores se encontravam ao desenvolverem interesse nessa linha de pesquisa, seguindo a abordagem de Mineiro e Mazzer (2020).

Tabela 7. Grau acadêmico dos autores

Grau Acadêmico	Quantidade de artigos	%
Bacharel ou graduando	29	31,87%
Especialista	3	3,30%
Mestre ou mestrando	33	36,26%
Doutor ou doutorando	22	24,18%
Pós Doutor	4	4,40%
Total	91	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise da Tabela 8, foi identificado que a maioria dos autores possuía o grau acadêmico de mestre ou mestrando na época da publicação, correspondendo a 36,26% do total. Em seguida, 31,87% dos autores possuíam o grau de bacharel ou graduando. Além disso, a soma dos níveis de formação de mestre ou mestrando e doutor ou doutorando representou 60,44% do total. Esses dados evidenciam que o interesse pelo assunto analisado está predominantemente presente em formações acadêmicas mais elevadas em termos de grau de conhecimento. Na tabela 8 são apresentadas as regiões dos autores que publicam sobre o tema.



Tabela 8. Quantidade de autores por região

Região	Quantidade de autores	%
Norte	46	50,55%
Sudeste	23	25,27%
Sul	14	15,38%
Estrangeiro	4	4,40%
Centro-Oeste	3	3,30%
Nordeste	1	1,10%
Total	91	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que mais de 91% dos autores são das regiões Norte, Sudeste e Sul do Brasil. A região Norte apresenta maior representatividade nas publicações, resultado atribuído principalmente aos autores da Universidade Federal do Amazonas, que respondem por 20,88% das publicações, seguidos pela Universidade Federal de Rondônia, com 5,49%. Ainda na região Norte, destacam-se a Universidade do Estado do Tocantins (4,40%) e a Universidade Federal de Roraima (3,30%). Esses resultados eram esperados, uma vez que a região Norte é a principal beneficiada pelos incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA, como também confirmado por Almeida e Santos (2019).

Nas regiões Sudeste e Sul, as principais representantes são a Universidade de São Paulo e a Universidade de Caxias do Sul, ambas com 4,40% das publicações. É relevante destacar que as regiões com menor quantidade de publicações demonstraram maior preocupação em abordar as dificuldades relacionadas à operacionalização dos incentivos fiscais. Por outro lado, a região com maior frequência de publicações concentrou suas análises nas questões jurídicas envolvidas nesses incentivos.

4.4 Perfil de publicações

Com o propósito de identificar um perfil de tendência nas publicações relacionadas aos incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA no período de 2010 a julho de 2022, de acordo com abordagens similares em estudos anteriores como os de Santos (2015) e Pereira e Cajaiba (2018), foram destacados os três principais resultados em termos de frequência de periódicos, artigos e autores na Quadro 3.

Quadro 3. Perfil de tendência de publicações

Periódico	Qualis	Assunto	Ano	Nº Autores	Publicações por autor	Instituição	Região
Observatorio de la Economía Latinoamericana	B3 ou B4	Análise jurídica	2014	2 autores	1	Universidade Federal do Amazonas	Norte

Fonte: Dados da pesquisa.

Constatou-se que, no período de 2010 a julho de 2022, houve uma tendência de publicações sobre o tema analisado, principalmente no periódico Observatorio de la Economía Latinoamericana, classificado como Qualis B3 e B4, com enfoque na análise jurídica. O ano de 2014 registrou o maior número de publicações. A maioria dos artigos



foi escrito por dois autores, com apenas um artigo por autor. A Universidade Federal do Amazonas, localizada na região norte do Brasil, teve a maior contribuição institucional. Não foram encontrados estudos semelhantes para comparação dos resultados, uma vez que o estudo de Almeida e Santos (2019), que aborda incentivos fiscais sob uma análise bibliométrica, se baseou em dados da literatura internacional disponível na base Scopus.

5 CONCLUSÃO

Este estudo objetivou analisar as características dos artigos científicos sobre incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA publicados no período de 2010 a julho de 2022 indexados nas plataformas SciELO, Google Acadêmico e SPELL por meio da técnica bibliométrica e teve como amostra 40 artigos analisados.

Com o objetivo de analisar os dados obtidos e identificar um perfil de tendência de publicações, foi realizado uma divisão dos dados em relação aos periódicos, artigos e autores. Com base nos resultados encontrados, verificou-se que os periódicos classificados como Qualis B3 e B4 tiveram o maior número de publicações, sendo que o periódico *Observatorio de la Economía Latinoamericana* foi o que apresentou o maior volume de publicações. Em relação aos artigos, constatou-se que o ano de 2014 teve a maior quantidade de publicações, representando 7 artigos, seguido pelo ano de 2021 com 6 artigos, sendo que o período analisado apresentou variações nas publicações. Além disso, o tema mais abordado foi a análise jurídica dos incentivos fiscais, com 16 artigos, representando 40% do total, seguido da importância dos incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA para as regiões e/ou empresas, com 15 artigos, equivalente a 37,50% da amostra.

Em relação às características dos autores, a análise indicou que os autores do sexo masculino foram responsáveis por 60% das publicações, enquanto os autores do sexo feminino representaram 40%. Quanto à coautoria, verificou-se que os autores preferiram publicar em conjunto com dois ou mais autores, representando 72,50% do total. Em relação à quantidade de publicações por autor, observou-se que a maioria dos autores publicou apenas uma vez sobre o assunto analisado, sendo que o autor que mais contribuiu foi o Evandro Brandão Barbosa, com 4 artigos submetidos.

No que diz respeito à formação acadêmica, foi constatado que 31,87% dos autores possuíam bacharelado ou estavam em graduação no ano de publicação. No entanto, as formações de mestres/mestrando e doutores/doutorandos representaram 60,44% do total, indicando que o interesse no assunto analisado está presente em formações mais elevadas de grau de conhecimento acadêmico.

Quanto às instituições de filiação dos autores, as maiores frequências foram verificadas nas Universidade Federal do Amazonas e Universidade Federal de Rondônia, ambas localizadas na região norte do Brasil. Com base nos resultados das características das publicações, foi possível criar um perfil de tendência de publicações, com as seguintes características principais: periódico *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, classificação Qualis B3 e B4, tema análise jurídica dos incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA, ano de 2014, dois autores por artigo, uma publicação por autor, instituição de filiação na Universidade Federal do Amazonas e região norte.



Este estudo apresenta uma contribuição significativa ao fornecer dados compilados das contribuições científicas da comunidade acadêmica sobre pesquisas relacionadas aos incentivos fiscais administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Esses incentivos são importantes para o desenvolvimento regional da região norte, visando equiparar a região em termos de relações comerciais com os demais estados do Brasil. O estudo proporciona uma visão do estado da arte desse assunto, que ainda é pouco discutido em artigos científicos, por meio de um perfil de tendência de publicações.

Além disso, a pesquisa pode contribuir para a coleta e análise sistemática de dados relacionados aos incentivos fiscais da SUFRAMA, o que pode fornecer uma visão abrangente e atualizada sobre as publicações científicas existentes sobre o tema. Isso pode ajudar a identificar tendências, lacunas e áreas de pesquisa em que ainda há pouco conhecimento disponível. O estudo bibliométrico oferece uma visão do estado atual das pesquisas sobre incentivos fiscais da SUFRAMA, destacando temas e abordagens explorados pela comunidade acadêmica. Isso auxilia pesquisadores a compreender o panorama atual do conhecimento e identificar direções futuras de investigação.

Ao mapear as publicações científicas existentes e identificar áreas de pesquisa com menor cobertura, a pesquisa bibliométrica pode incentivar a elaboração de novas pesquisas científicas sobre o tema dos incentivos fiscais da SUFRAMA. Um estudo bibliométrico sobre os incentivos fiscais da SUFRAMA contribui para o avanço do conhecimento nessa área, identificando lacunas e direções futuras de pesquisa. Estimula ainda a produção acadêmica, incentivando novas pesquisas e fornecendo uma base para estudos bibliométricos futuros.

No entanto, é importante destacar algumas limitações deste estudo, como a utilização de apenas três indexadores para busca da amostra, o período de análise restrito, a coleta manual da amostra e a delimitação restrita do tema. Sugere-se a realização de estudos mais aprofundados para investigar as variáveis que influenciaram nos picos de publicações observados nos anos de 2014 e 2021, bem como o funcionamento tributário e orçamentário relacionado à concessão de incentivos fiscais para a região norte.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. M. S.; SANTOS, C. M. V. D. Incentivos Fiscais: Uma Análise do Ponto de Vista Bibliométrico. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 9, n. 2, p. 3-17, 2019.
- ALMEIDA, L. F. C.; MACHADO, M. R. R.; MACHADO, L. S.; ZANOLLA, E. Análise Bibliométrica da Produção Científica Brasileira em Contabilidade Tributária. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 17, n. 35, p. 36-54, 2017.
- AQUINO, C. N. P.; PEREIRA, L. A. C.; CRUZ, J. L. V.; SHIMODA, E. Análise bibliométrica da produção científica na base scopus sobre desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 3, 2019.



ARACATY, M. L. et al. Uma Discussão Sobre o Modelo ZFM e a Busca por um Modelo de Desenvolvimento Regional Complementar Endógeno. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 8, p. 79499-79515, 2021.

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006.

ARAÚJO, E. A. T.; SILVA, W. A. C. Pesquisa científica em contabilidade gerencial nos EnAPNADs de 2003 a 2008. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 3, p. 29-44, 2010.

ARAÚJO, G. M.; SANTIAGO, M. F. P. Desenvolvimento Sustentável e os Incentivos da Zona Franca de Manaus. In: Limongi Alves, Angela; Raulino, Cátia; Ribeiro, Gláucia; Liziero, Leonam (org.). **Direito Público: Diálogos Nacionais e Internacionais**. Rio de Janeiro: FGB / Pembroke Collins, 2019.

BALL, R. **An Introduction to Bibliometrics: New Developments and Trends**. Amsterdam, Netherlands: Chandos Publishing, 2019.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988 Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#adctart107%C2%A71ii. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **Convênio ICMS nº 52**, de 30 de setembro de 1991. Concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas. Brasília, DF, 30 set. 1991. Disponível em:
https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/1991/CV052_91. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. **Convênio ICMS nº 65**, de 9 de dezembro de 1988. Isenta do ICM as remessas de produtos industrializados de origem nacional para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus, nas condições que especifica. Brasília, DF, 9 dez. 1988. Disponível em:
https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/1988/CV065_88. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.755**, de 26 de julho de 2021. Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, altera o Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007, e o Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, e dá outras providências. Brasília, DF, 26 jul. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/Decreto/D10755.htm#art57. Acesso em: 22 fev. 2022.



BRASIL. Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. Brasília, DF, 5 fev. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 61.244, de 28 de agosto de 1967. Regulamenta o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 e cria a Superintendência da Zona Franca de Manaus, SUFRAMA. Brasília, DF, 28 ago. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D61244.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010. Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Brasília, DF, 15 jun. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1437, de 17 de dezembro de 1975. Dispõe sobre a base de cálculo do imposto sobre produtos industrializados, relativo aos produtos de procedência estrangeira que indica, e dá outras providências. Brasília, DF, 17 dez. 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1437.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Brasília-DF, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970. Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências. Brasília, DF, 7 set. 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp07.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 13 set. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que



específica. Brasília, DF, 30 dez. 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10637.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Brasília, DF, 29 dez. 2003. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.833compilado.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/L11438compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11438compilado.htm). Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989. Cria Área de Livre Comércio no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. Brasília, DF, 22 dez. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17965.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991. Cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima e dá outras providências. Brasília, DF, 25 nov. 1991. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8256compilado.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Portaria nº 834, de 16 de outubro de 2019. Dispõe sobre o controle e fruição dos incentivos fiscais e o internamento de mercadorias nacionais ou nacionalizadas nas áreas incentivadas administradas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa. Brasília-DF: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, p. 91, 2019. Disponível em:
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-834-de-16-de-outubro-de-2019-222549555>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Resolução CAS nº 043, de 07 de abril de 2010. Aprova o Plano Estratégico da SUFRAMA. Manaus-AM, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/planejamento-estrategico>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.310, de 15 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as operações de venda efetuada na Zona Franca de Manaus - ZFM. Brasília, DF, 2004. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5310.htm. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.691, de 3 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre as máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos importados por pessoas jurídicas estabelecidas na Zona Franca de Manaus. Brasília, DF, 2006. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5691.htm. Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968. Estende Benefícios do Decreto-Lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967, a Áreas da Amazônia Ocidental e dá outras Providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0356.htm. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 16 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004. Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social [...]. Brasília, DF, 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.865.htm. Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004. Altera a legislação tributária federal e as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Brasília, DF, 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10996.htm. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES [...]. Brasília, DF, 2005. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm. Acesso em: 16 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11945.htm. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins [...]. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm. Acesso em: 16 maio 2022.

CAFÉ, L. M. A.; BRÄSCHER, M. Organização da informação e bibliometria. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 13, n. 1, p. 54-75, 2008.



CAMPOS, H. S. O.; ERMINIO, M. I. Mariz. Desenvolvimento Econômico, Sociedade e Meio Ambiente: Uma Análise Crítica sobre a Zona Franca de Manaus. **Revista Internacional Consinter de Direito**, ano IV, n. VI, p. 329-348, 2018. DOI 10.19135/revista.consinter.00006.16.

CHAAR, Diego Francivan dos Santos; FIGUEREDO CASTRO, Evelyn Vannelli de; DIAS, Mônica Nazaré Picanço. Zona Franca de Manaus: novas perspectivas transnacionais à luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 da ONU. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 8, n. 2, 2022.

COSTA FILHO, F. C.; OLIVEIRA, L. V. C.; LIMA, D. S. V. R.; SILVA, C. R. M. Consumo Sustentável: Evolução da produção científica e agenda de pesquisa. **Revista Reunir**, v. 1, n. 1, 2021.

CUNHA, L. G. as concessões de isenções e os impactos positivos e negativos nas contas públicas. **Revista do Curso de Especialização em Direito Tributário da EMERJ**, n. 3, 2018.

CUNHA, L. N.; SOARES, W. L. Os incentivos fiscais aos agrotóxicos como política contrária à saúde e ao meio ambiente. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

CUNTO, R.; MOTA, M.; NOGUEIRA, L. Estudo bibliométrico sobre a ética contábil em periódicos nacionais. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 5, n. 1, 2018.

FABRE, V. V.; BONFANTE, E. A. Produção Científica sobre Contabilidade Pública: Estudo Bibliométrico dos Últimos 10 Anos. In: XIV CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2017, São Paulo. **Produção Científica sobre Contabilidade Pública: Estudo Bibliométrico dos Últimos 10 Anos** [...]. São Paulo: [s. n.] 2017.

FERREIRA, M. P. A bibliometric study on ghoshal's managing across borders. **The Multinational Business Review**, v. 19, n. 4, p. 357-375, 2011.

FERREIRA, R. M.; LIMA, S. L. L.; SOUZA, A. R. V.; MELLO, G. R. Governança Corporativa: um estudo bibliométrico da produção científica entre 2010 a 2016. **Organizações em contexto**, v. 15, n. 29, p. 323-342, 2019.

GOMES, R. A.; MACHADO, L. S.; SOUZA, E. S. Pesquisas tributárias divulgadas em periódicos de administração, ciências contábeis e economia: um estudo bibliométrico. **Contabilometria: Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, v. 9, n. 2, p. 84-104, 2022.

GORGES, A. J. **Dicionário do ICMS-SC: O ICMS de A a Z**. 12. ed. Blumenau: Nova Letra, 2011



GUEDES, V. L. S. A bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. **Ponto de Acesso**, v. 6, n. 2, p. 74–109, 2012.

GUEDES, V. L. S; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Encontro Nacional de Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 18, 2005.

LIMA, F. D. C.; DINIZ, J. R.; SILVA, D. M. Perfil de Produção Científica em Contabilidade: um comparativo entre os periódicos Contabilidade Vista e Revista Universo Contábil no período de 2006 a 2010. In: Congresso Brasileiro de Custos. Gramado. **Anais...**São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2012. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/2092>. Acesso em: 11 ago. 2022.

LIMA, M. O.; CARDOSO, D. M.; GALVÃO, L. G.; SILVA, A. C. A.; MAIA, L. B.; LEITE, P. M. Produção científica brasileira sobre sífilis congênita: um estudo bibliométrico a partir da base scopus. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 13516-13534, 2021.

LUNKES, R. J.; FERREIRA, L. F.; RECH, J. D. O.; REZZIERI, T. A legitimidade cognitiva da disciplina de planejamento tributário no Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 45-59, 2014.

MAROSTICA, J.; PETRI, S. M. Custo-benefício dos incentivos fiscais e indicadores de desempenho: um estudo de caso na empresa Grendene S/A. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 36, n. 3, p. 136-152, 2 set. 2017.

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica**. São Paulo: Atlas, p. 143-164, 2009.

MINEIRO, K. M. L; MAZZER, L. P. Contabilidade Gerencial: Um Estudo Bibliométrico e de Redes Sociais na Produção Científica Publicada nos Periódicos Nacionais de Contabilidade. In: XX USP International Conference in Accounting **Anais[...]**. Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2020.

NASCIMENTO, C. R. V. Políticas públicas e incentivos fiscais. **Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, S. C. M. et al. Bibliometria em artigos de contabilidade aplicada ao setor público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. **Anais [...]**. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2013.



PAIVA, L. E. B.; NASSIF, V. M. J.; LIMA, T. C. B.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Entrepreneurial intention and sustainability: an analysis through bibliometric networks. **Estudios Gerenciales**, v. 39, n. 167, p. 248-259, 2023.

PEREIRA, E. R. N.; CAJAIBA, K. S. Análise bibliométrica da produção científica nacional sobre agremiações esportivas de futebol profissional, em periódicos de ciências contábeis, entre 2012 e 2016. **RIC**, v. 12, n. 1, p. 52, 2018.

PIONTKEWICZ, R.; FREITAS, M. C. D.; BIZ, A. A. Benefícios fiscais para incentivo à inovação tecnológica no Brasil: informação para uso no processo de tomada de decisão em indústrias de grande porte. **RACEF–Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 8, n. 2, p. 31-47, 2017.

RAMOS-RODRÍGUEZ, A. R.; RUÍZ-NAVARRO, J. Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of the strategic management journal, 1980-2000. **Strategic Management Journal**, v. 25, p. 981-1004, 2004.

REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z.; RATHKE, A. A. T. Avaliação do impacto dos incentivos fiscais sobre os retornos e as políticas de investimento e financiamento das empresas. **Revista Universo Contábil**, v. 14, n. 4, p. 28-49, 2019.

RIBEIRO, H. C. M. Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros. **Biblios**, v. 24, n. 69, p. 1-20, 2017.

RODRIGUES, C.; VIERA, A. F. G. Estudos bibliométricos sobre a produção científica da temática Tecnologias de Informação e Comunicação em bibliotecas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 1, 2016.

RODRIGUES, R. K. N.; COSTA FILHO, F. C.; PAIVA, L. E. B.; ARAÚJO, R. A. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Um Estudo Bibliométrico sobre os Artigos Disponíveis no Portal de Periódicos Spell. **Revista Razão Contábil e Finanças**, v. 14, n. 1, 2023.

SALAZAR, A. P. **Amazônia – Globalização e sustentabilidade**. 2. ed. Manaus: Valer, 2006.

SARLET, I. W.; MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SILVA, G. C. R. F. O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa. **Psicologia.pt**, p. 1-10, 2010.



SILVA, A. P. F.; NASCIMENTO, A. N.; PINHO, M. A. B.; FALK, J. A. Estudo bibliométrico sobre custo em organizações da construção civil: contribuições do congresso brasileiro de custo de 1996 a 2010. In: Congresso Brasileiro de Custos – ABC. Gramado. *Anais[...]* Gramado, 2012. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/363>. Acesso em: 21 jun. 2022.

SILVA, C. S. M.; SILVA, C. M. A ZONA FRANCA DE MANAUS E O DIREITO TRIBUTÁRIO: UMA ABORDAGEM SOBRE OS INCENTIVOS FISCAIS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 1201-1222, 2023.

SILVA, L. R. P.; BEVILACQUA, L. Incentivos fiscais de icms e seletividade ambiental. **Revista Direito Tributário Atual**, n. 45, p. 245-263, 2020.

SILVA, V. V. D. Incentivo fiscal: uma investigação dos incentivos fiscais aplicados à atividade frigorífica de bovinos, suíños e ovinos, no âmbito competência tributária estadual (BAHIA). **Revista Científica Semana Acadêmica**, ano MMXII, v. 1, ed. 17, p. 168-192, 2013.

SOUZA, S. C.; PRADO, E. V. Planejamento Tributário na Incidência dos Impostos Indiretos na Operação De Venda Do Estado de São Paulo para A Zona Franca de Manaus: Um Estudo de Caso com Profissionais da Área Tributária da Região da Baixa Mogiana. **Universitas**, v. 15, n. 28, p. 11-36, 2021.

SUFRAMA. **Plano diretor industrial**: diretrizes táticas para a área de atuação da Suframa (2017-2025). Manaus-AM, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/pdi-plano-diretor-industrial-2017-2025-suframa.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SUFRAMA. **Relatório de Gestão 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/download/documentos/SUFRAMA%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20-2009%20-%20MAIO%202010.pdf> Acesso em: 11 ago. 2022.

SUFRAMA. **Relatório de Gestão 2017**. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/suframa/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/RelatriodeGesto_2017.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

VASCONCELOS, Y. L. Estudos Bibliométricos: procedimentos metodológicos e contribuições. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 15, n. 2, 2014.

WEF -World Economic Forum. The Global Competitiveness Report 2016–2017. **World Economic Forum Reports** 2016. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/GCR2016-2017/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2016-2017_FINAL.pdf. Acesso em: 13 fev. 2022.